



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
GRADUAÇÃO EM ZOOTECNIA**



MÍZIA FABIANA MOREIRA BARBOSA LOPES

**RECEPÇÃO DAS AÇÕES DO IPA (INSTITUTO AGRONÔMICO DE
PERNAMBUCO), POR AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO
UNA – PE.**

Rio Largo
Alagoas – Brasil
2019

MÍZIA FABIANA MOREIRA BARBOSA LOPES

**RECEPÇÃO DAS AÇÕES DO IPA (INSTITUTO AGRONÔMICO DE
PERNAMBUCO), POR AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO
UNA – PE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Zootecnia do Centro de Ciências Agrárias, da UFAL, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Zootecnia.

Orientador: Prof. Dr. Jakes Halan de Queiroz Costa.

Rio Largo – AL
2019

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Agrárias
Bibliotecária Responsável: Myrtes Vieira do Nascimento

L864r Lopes, Mízia Fabiana Moreira Barbosa
Recepção das ações do IPA (Instituto Agrônomo de Pernambuco),
por agricultores do município de São Bento do Una - PE / Mízia Fabiana
Moreira Barbosa Lopes – 2019.
51 f.; il.

Monografia de Graduação em Zootecnia (Trabalho de Conclusão de
Curso) – Universidade Federal de Alagoas, Centro de Ciências Agrárias.
Rio Largo, 2019.
Orientação: Dr. Jakes Halan de Queiroz Costa

Inclui bibliografia

1. Agricultura familiar. 2. Soberania alimentar. 3. Extensão rural. I.
Título

CDU: 63

MÍZIA FABIANA MOREIRA BARBOSA LOPES

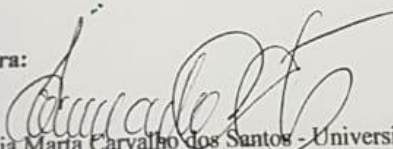
RECEPÇÃO DAS AÇÕES DO IPA (INSTITUTO AGRONÔMICO DE
PERNAMBUCO), POR AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO
UNA - PE.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Zootecnia do Centro de Ciências
Agrárias, da UFAL, como parte dos requisitos para
obtenção do título de Bacharel em Zootecnia. Data
da defesa: 25 de junho de 2019.
Resultado:

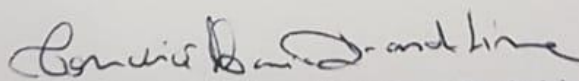


Prof. Dr. Jakes Halan de Queiroz Costa
Orientador

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Tania Maria Carvalho dos Santos - Universidade Federal de Alagoas
Examinadora Interna



Profa. Dra. Conceição Maria Dias de Lima - Universidade Estadual de Alagoas
Examinadora Externa

Dedico este trabalho
Aos meus pais, José Cândido Barbosa Lopes e
Isabel Cristina Moreira Lopes,
Ao meu orientador que tornou possível a
conclusão desta monografia,
Aos agricultores familiares, pela força, luta
dedicação e que contribuíram para meu estudo,
e, a todos que direta ou indiretamente torceram
e colaboraram para essa conquista em minha
vida.

Agradecimentos

Ao meu pai, José Cândido Barbosa Lopes e minha mãe, Isabel Cristina Moreira Lopes, por todos os ensinamentos e amor. Por serem meu norte, minha base, por me incentivarem, torcerem e lutarem por mim e comigo em todos os momentos e fases da minha vida.

A meus irmãos, Cândida C. M. B. Lessa, João Cândido M. B. Lopes, José Gabriel M. B. Lopes e Maria Isabel M. B. Lopes por estarem ao meu lado em todos os momentos e por toda ajuda, amor e torcida.

Aos meus cunhados Josué e Alessandra por terem a paciência e prontidão de me acolherem.

Aos meus tios (as) Pedro, Zito, Fabiana e Fátima pelo suporte e incentivo.

Aos meus sobrinhos (as), Gustavo, Isadora, Sarah e João Lucas pela torcida e momentos de descontração que muito auxiliaram nos momentos de tensão.

A minha madrinha Marilene, por ser um anjo em nossa família.

Ao meu orientador Prof. Dr. Jakes Halan de Queiroz Costa, por me auxiliar, me ensinar, me incentivar e ter toda a paciência, dedicação, compreensão e disponibilidade para realização deste trabalho e de minha formação acadêmica.

Aos entrevistados, agricultores familiares e técnicos do Instituto Agronômico de Pesquisa de São Bento do Una-Pe, pela solicitude que permitiu a realização deste trabalho.

Aos Professores, colegas, colaboradores e todos que fazem parte do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Alagoas por todo companheirismo, amizade e por contribuírem para minha formação acadêmica ao longo desses anos.

Por último e por todos e tudo acima citado agradeço a Deus por sua infinita misericórdia, amor e onde busquei forças e consolação em minha vida, sem Ele nada sou.

Eu posso ir muito além de onde estou

Vou nas asas do Senhor

O Teu amor é o que me conduz

Posso voar e subir sem me cansar

Ir pra frente sem me fatigar

Vou com asas, como águia

Pois confio no Senhor!

(Música: Nas asas do Senhor, Celina Borges).



Autor Imagem: Luís Cardoso Ayres

Lista de Figuras

Figura 1. Produção Agrícola no Brasil, 2010.....	16
Figura 2. Produção Pecuária no Brasil, 2010.....	16
Figura 3 - Quadro temporário de extensionistas, considerando seu grau de formação e distribuição pelas regiões brasileiras.....	25
Figura 4 - Número médio de extensionistas integrantes do quadro permanente por município, de acordo com as regiões.....	26
Figura 5. Entrevistas aos agricultores familiares.....	31
Figura 6. Entrevistas aos agricultores familiares.....	31
Figura 7. Entrevistas aos agricultores familiares.....	32
Figura 8 – Distribuição dos agricultores entrevistados, conforme o gênero.....	34
Figura 9 – Distribuição dos agricultores entrevistados, conforme idade.....	35
Figura 10 – Distribuição dos agricultores entrevistados, conforme escolaridade.....	35
Figura 11 – Distribuição dos agricultores entrevistados, conforme primeiro acesso IPA.....	38

Lista de Tabelas

Tabela 1. Pessoal Ocupado em Estabelecimentos Agropecuários com e sem Grau de Parentesco.....	27
---	----

Lista de Siglas

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ANCAR- Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

ATER – Assistência técnica e Extensão Rural

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

EBAPE - Empresa de Abastecimento do Estado de Pernambuco

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA – Instituto Agrônomo de Pesquisa (Pernambuco)

ITERPE – Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

SARA – Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária.

SISBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

Resumo

LOPES, Mizia Fabiana Moreira Barbosa. **Recepção das ações do IPA (Instituto Agrônomo de Pernambuco), por agricultores do município de São Bento do Una – Pe.** 2019. 51p. (Trabalho de Conclusão de Curso - Zootecnia) - Universidade Federal de Alagoas, Centro de Ciências Agrárias. Rio Largo, 2019.

Existe uma extensa discussão mundial sobre a produção de alimentos e com tudo relacionado a ela, ganhando cada vez mais importância com o passar do tempo no que diz respeito ao aumento da produtividade agrícola para atender as necessidades da crescente população como também à qualidade desses alimentos. Fazendo parte dessa discussão, temos as pequenas propriedades agrícolas, que são encarregadas da produção de alimentos para subsistência da unidade familiar produtora e de toda a população. Objetivou-se com o presente trabalho apresentar o interesse da permanência da agricultura familiar, no que se refere ao seu papel na produção de alimentos e na geração de emprego no município de São Bento do Una/Pe, município do agreste de Pernambuco que recebe ações ATER do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), onde foi realizado o estudo da realidade rural durante o período de maio a junho de 2019. Através de entrevistas com roteiro semiestruturado com os agricultores familiares e técnicos de ATER do Instituto, com metodologia que uniu entrevistas e observações simples, englobando dados qualitativos e quantitativos e o que se pode perceber dos serviços, através das declarações dos entrevistados e das observações no campo, foi a existência da necessidade de maior atenção do governo, com mais políticas públicas para que os serviços, projetos e programas possam ser melhores desenvolvidos. Nesse sentido, os agricultores familiares do município de São Bento do Una/Pe necessitam de auxílio nas ações de ATER do IPA para que se tornem mais efetivas e tragam melhores condições de trabalho e desenvolvimento para o meio rural do município.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Soberania alimentar. Extensão rural. Assistência técnica.

Abstract

LOPES, Mizia Fabiana Moreira Barbosa. **Receipt of the actions of the IPA (Agronomic Institute of Pernambuco), by farmers of the municipality of São Bento do Una - Pe.** 2019. 51p. (Course Completion Work - Animal Science) - Federal University of Alagoas, Agricultural Sciences Center. Rio Largo, 2019.

There is an extensive worldwide discussion on food production and everything related to it, gaining increasing importance over time in increasing agricultural productivity to meet the needs of the growing population as well as the quality of these foods. As part of this discussion, we have the small farms, which are in charge of the production of food for subsistence of the producing family unit and of the entire population. The objective of this work was to present the interest of family agriculture in relation to their role in food production and employment generation in the municipality of São Bento do Una / Pe, a municipality in the wilderness of Pernambuco that receives ATER actions from the Agronomic Institute of Pernambuco (IPA), where the study of rural reality was carried out during the period from May to June 2019. Through interviews with a semi-structured script with the family farmers and ATER technicians of the Institute, with a methodology that linked interviews and simple observations, encompassing qualitative and quantitative data and what can be perceived from the services, through the statements of the interviewees and observations in the field, was the existence of the need for more government attention, with more public policies for services, projects and programs can be better developed. In this sense, family farmers in the municipality of São Bento do Una / Pe need assistance in IPA's ATER actions to make them more effective and bring better working conditions and development to the rural environment of the municipality.

Keywords: Family agriculture. Food sovereignty. Rural extension. Technical assistance.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	14
2.1. Agricultura Familiar	14
2.2 Assistência Técnica e Extensão Rural.....	17
2.3 O Instituto de Pesquisa Agronômica de Pernambuco – IPA	22
2.3.1 Proposta	22
2.3.2 Processo Metodológico.....	22
2.3.2 Os técnicos.....	25
2.4 Estação Experimental São Bento do Una	29
3. METODOLOGIA.....	30
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
APÊNDICE A –Entrevista com Roteiro Semiestruturado (Agricultores)	49
APÊNDICE B –Entrevista com Roteiro Semiestruturado (Técnicos)	50
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	51

1. INTRODUÇÃO

Existe uma longa discussão no Mundo sobre a produção de alimentos e com tudo relacionado a ela, e, que vem ganhando cada vez mais importância com o passar do tempo. De acordo com Schneider (2017) os desafios que o Mundo vem enfrentando, não só se referem ao aumento da produtividade agrícola para atender as necessidades de alimentação da crescente população, como também à qualidade desses alimentos.

Os grandes latifúndios no Brasil são responsáveis pelo cultivo de monoculturas para exportação, com objetivos estritamente comerciais. Logo, as pequenas propriedades ficam encarregadas da produção de alimentos para subsistência da unidade familiar produtora, como de toda a população.

Em 2016 houve a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e consequente transferência das secretarias da reforma agrária e do Incra para a Casa Civil. Surgindo argumentos de opositores a este processo que consideram ser um retrocesso histórico, pois ocasiona um enfraquecimento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, principalmente pela inexistência de interesses dos governantes com a classe, os quais possuem tendências pró-ruralista.

Exposta essa discussão e o desencontro entre a inclinação mundial e a recente diminuição da importância dada ao setor de produção de alimentos que proporciona a soberania alimentar no Brasil, o interesse aqui neste trabalho é com a permanência da agricultura familiar, no que se refere ao seu papel na produção de alimentos e na geração de emprego no município de São Bento do Uma - Pe, que está localizado na mesorregião do Agreste Pernambucano.

A região agreste de Pernambuco é resistente e apresenta enfrentamento perene à seca, possuindo o pior balanço hídrico do estado. O município de São Bento do Una destaca-se no setor da avicultura, onde a criação de galinhas e codornas poedeiras ocupa o lugar de maior produtor de ovos do Nordeste e o quarto maior do Brasil (BECK, 2018). Porém, parte desse número recebe a contribuição de pequenos agricultores. Além de uma bacia leiteira que recebe investimentos para inovação e profissionalização no processo produtivo do leite, com atividades constantes de vários agentes do estado.

O Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), vinculado à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA), investe no fortalecimento da agricultura familiar, contribuindo para o desenvolvimento rural e sustentável do estado de Pernambuco, elevando as condições de vida da sociedade pernambucana com o aproveitamento racional e equilibrado das potencialidades naturais do estado, buscando garantir a continuidade na renovação dos recursos renováveis e procurando assegurar a perenidade do fundo de fertilidade e o equilíbrio dos ecossistemas.

Objetivou-se com este trabalho compreender a recepção de ações do IPA por agricultores familiares atendidos no município de São Bento do Una, região agreste de Pernambuco. Tanto nos aspectos produtivos quanto na comercialização da produção dos agricultores rurais em estudo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Agricultura Familiar

A agricultura familiar é definida pela produção agropecuária feita por proprietários de pequenas áreas rurais, e, cuja mão de obra é basicamente realizada pela família do produtor, diferentemente da agricultura patronal, que possui médias ou grandes propriedades e contrata trabalhadores, fixos ou temporários (PORTUGAL, 2004).

A dinâmica deste tipo de agricultura tem características distintas quando comparada à agricultura não familiar. Uma vez que, a gestão da propriedade é feita pela família e a atividade de produção agropecuária é a principal fonte de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, é o seu local de trabalho e moradia.

Observando que no meio rural composto pelos pequenos produtores também ocorre a pluriatividade, ou seja, os agricultores para complementarem sua renda combinam pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura, como alternativa de reprodução social e econômica. Estas atividades são exercidas por membros que pertencem a um grupo ligado por laços familiares, podendo ser não consanguíneos (adoção) contanto que compartilhem moradia e trabalho (não necessariamente na mesma casa) e se identifiquem como uma família. (SCHNEIDER, 2003)

Teoricamente, existe certa dificuldade para conceituar as categorias de agricultura familiar que foram difundidas no Brasil, principalmente a partir da implantação do Pronaf. Havendo grande variação nas posições a esse respeito. Alguns conceituam a agricultura familiar pela definição operacional posta pelo Pronaf, propondo uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento (WANDERLEY, 2003).

Enquanto para outros, a agricultura familiar é composta por certa camada de agricultores, que podem adaptar-se ao exigente mercado consumidor, diferenciando-se dos demais outros “pequenos produtores” que não conseguem acompanhar tais exigências. São agricultores fortes e consolidados ou que em curto prazo conseguem a consolidação.

Acredita-se que para construção das estruturas de formação desse segmento sejam necessárias políticas públicas. Essa suposição é defendida com uma elaboração teórica maior.

O centro dessa ideia define o agricultor familiar como um ator social da agricultura moderna e, de certo modo, ele é resultado da própria atuação do Estado (WANDERLEY, 2003).

Segundo Caporal (2007), a agricultura familiar além de ser responsável pela maior parte da produção de alimentos, também é capaz de desenvolver processos de construção que criam novas estratégias de desenvolvimento rural sustentável, pela existência de um tecido social rural particular. Este tipo de agricultura justifica a necessidade de serviços públicos de Ater, devido as suas necessidades objetivas e a sua importância socioeconômica, destacando seu papel influente nas estratégias para promoção de cultivos variados e ecológicos, capazes de promover, essencialmente, a segurança e soberania alimentar de toda população.

Os critérios legais para identificar os agricultores familiares estão previstos na Lei 11.326 de julho de 2006 que define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

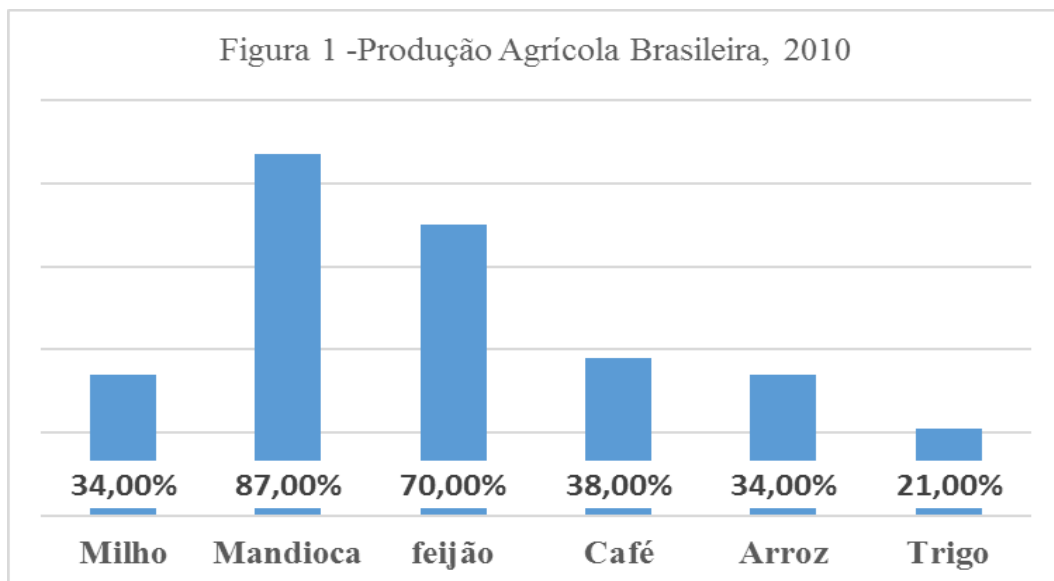
~~III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;~~

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (PLANALTO, 2006).

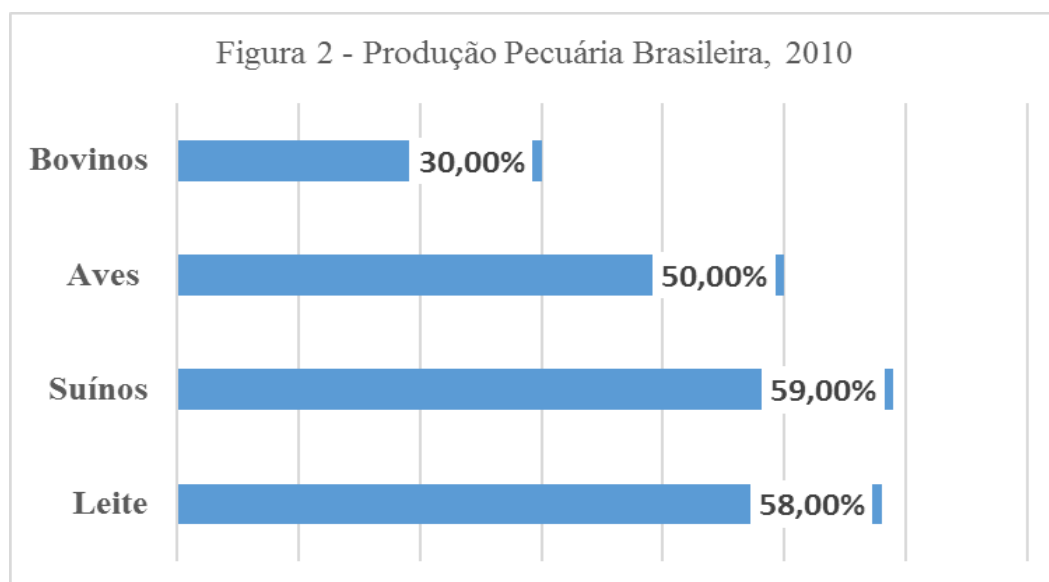
Estima-se que 70% da comida presente nas mesas das famílias brasileiras são oriundas da agricultura familiar e que possui relação direta com a segurança alimentar e nutricional da população. E ainda impulsiona as economias locais, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável uma vez que possui uma relação íntima com vínculos duradouros da família com o ambiente de moradia e produção (EMBRAPA, 2018).

No Brasil, a produção agrícola e pecuária pelos agricultores familiares em 2010 estão representadas nos gráficos abaixo, nas figuras 1 e 2 respectivamente, de acordo com IBGE (2010). Percentuais produtivos que representam a força de trabalho. Além de ocupar 84,4% da

totalidade de propriedades rurais do país, sendo metade das aproximadamente 4,4 milhões de unidades produtivas localizadas na região Nordeste (IBGE, 2010).



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

O cenário econômico no estado de Pernambuco apresentou uma produção agropecuária (19%) enquanto o comércio (3,8%) em 2017, sendo os principais responsáveis pela alta de 2% no (PIB) do estado em relação ao ano de 2016. De acordo com os dados do Condepe/Fidem, a taxa foi o dobro do crescimento do PIB do Brasil no mesmo período. Retomando o crescimento em 2018, também com base nos resultados do setor agropecuário.

De acordo com dados do IBGE (2017) o município de São Bento do Una teve uma produção de lavoura agrícola temporária que ocupou um ranking de sétimo lugar na produção de fava, décimo segundo na produção de feijão, trigésimo produtor de mandioca e quarto lugar com a produção de milho em relação a outros municípios do estado.

Os números referentes aos efetivos rebanhos pecuários do município no censo IBGE (2017), indicaram primeiro lugar com codornas, galináceos e suínos, segundo lugar com bovinos, trigésimo lugar com ovinos e quinquagésimo primeiro com caprinos no ranking estadual. Lembrando que o destaque na avicultura da região se dá por grandes produtores, porém, ocorra também a integralização com pequenos produtores nessa atividade.

Ainda segundo dados do censo agropecuário do IBGE (2017), São Bento do Una conta com 10.455 (dez mil quatrocentos e cinquenta e cinco) pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, as quais 8.716 (oito mil setecentos e dezesseis) possuem grau de parentesco com o produtor, agricultores familiares, e apenas, 1.739 (hum mil setecentos e trinta e nove) não possuem grau de parentesco, agricultura patronal.

Dessa forma, o município apresenta um cenário que possivelmente carece de ações de assistência técnica e extensão rural, uma vez que, a ATER é uma importante ferramenta para auxiliar essa classe de agricultores no processo de cultivo agropecuário e na comercialização dos produtos.

2.2 Assistência Técnica e Extensão Rural

O setor agropecuário tinha domínio na economia brasileira até o final da década de 1920. Depois da crise dos Estados Unidos em 1929, o Brasil passou a ter uma economia urbana e industrial, deixando o setor agropecuário de ser o segmento de destaque. O fato dessa transformação na economia foi baseado pela substituição das importações e no aumento da urbanização pelo êxodo rural.

A Semana dos Ruralistas na década de 1940 através da cooperação entre o Ministério da Agricultura e as Secretarias Estaduais de Agricultura deu sequência a história da extensão rural brasileira. Porém, foi em 1948 em Santa Rita de Passo a Quatro - SP, a primeira experiência de campo válida. A extensão abrangia assuntos de agropecuária e economia familiar com objetivo de aumentar a produção, a produtividade e a renda das famílias rurais, garantindo-lhes um nível melhor de vida (OLINGER, 1996). A implantação desse modelo brasileiro, embasado no que aconteceu na matriz (EUA), surge no Brasil do pós-guerra, como resposta do governo a uma necessidade da expansão inicial do capitalismo no campo. A implantação da indústria brasileira, a partir de 1930, precisava expandir para o setor rural, mas tinha um obstáculo no que era considerada a fazenda tradicional (PINTO, 1991).

Essa dinâmica da extensão rural nos processos dos modelos clássicos e difusionistas que aqui foi implantado não como fruto de reivindicações dos produtores rurais, mas como um consentimento das classes detentoras do poder que tinham interesses em tirar maiores lucros do setor agrícola e fez-se gradualmente pela construção de esquemas mais elaborados em termos de difusão, através dos líderes das comunidades rurais onde tomava corpo junto aos médios produtores e excluía o pequeno (PIRES, 2003).

O ponto que mais se destacou na história da ATER no Brasil foi a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), no ano de 1948. A associação tinha o objetivo de melhorar as condições de vida no meio rural através do aumento da produtividade e da educação dos produtores rurais. Em 1956 para coordenar as ACAR foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), que juntas formavam o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER). De acordo com Dias (2008), nesse período, os beneficiados eram os médios e grandes produtores, bem como produtos de regiões com maiores respostas potenciais às modernas tecnologias e inserção mercantil.

Com essa transição da economia em 1929, surge a chamada ‘Revolução Verde’ devido o interesse pela industrialização e pelo aumento da produção nacional, levando a um processo de modernização da agricultura brasileira, no início dos anos de 1960. Esse processo visava aumentar a produção e a produtividade das atividades agrícolas com o uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes, melhoramento genético de sementes e mecanização no campo.

A Revolução Verde foi então, a representação de “um jeito capitalista de dominar a agricultura” (ZAMBERLAM; FRONCHET 2001, p. 13), uma vez que proporcionou privilégios para uma pequena parcela enquanto milhares de agricultores em todo o país ficavam em desvantagem. Com isso, criaram o sistema oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que no Brasil reproduzia o modelo americano de apoio e fomento a este setor produtivo.

Adotando esse modelo, supunha-se que o compartilhamento de conhecimentos com os agricultores e seus familiares bastaria para que novos hábitos e atitudes culminassem em desenvolvimento de novas habilidades em suas atividades produtivas (FIGUEIREDO apud FONSECA 1985 p. 39). O modelo americano de extensão rural foi introduzido no Brasil através de convênios entre as agências de extensão americanas e o governo brasileiro, em busca de melhorias das propriedades, da moradia e da vida dos produtores rurais.

Foram desenvolvidos diversos projetos no sentido de educar as populações rurais que era o foco principal deste processo. Neste cenário de desenvolvimento, os projetos apresentavam características próprias da subordinação da classe trabalhadora ao poder econômico, tendo como prioridade “ensinar o homem do campo a fazer”, elevando o aumento da produção e da produtividade neste meio.

Na década de 1970 surge a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão rural (EMATER) uma empresa pública vinculada às Secretarias de Agricultura dos Estados, substituindo às ACAR. Em 1970 a ABCAR foi estatizada a partir da criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão rural (EMBRATER), passando a ser responsável pela coordenação de todas as Emater.

Para Freire (1971), a falta de diálogo entre extensionista e agricultor restringia a reflexão e a apropriação de conteúdo, dificultando a transformação da informação em conhecimento útil para quem recebia. De acordo com ele, o termo ‘extensão’ não definiria as ações de extensão rural, uma vez que transformava os homens em “coisa” e não como seres de transformação do mundo. Porque o que se pretendia na ‘extensão’ era substituir a forma de conhecimento, ocasionando uma “invasão cultural”, onde o conhecimento era depositado de forma vertical e “antidialógica”.

Somente na década de 1980 é que surgiram mudanças importantes no âmbito dos serviços de ATER, quando começaram a ter um pensamento de extensão rural com um caráter mais humanista. Somente na década seguinte, 1990, o novo movimento ganhou força com as ideias de Paulo Freire que influenciaram de forma significativa os serviços de ATER.

Em 1990, a Embrater foi extinta no governo do presidente Collor e o Sisbrater foi desativado, todos os esforços antes realizados em prol da existência dos serviços de ATER no Brasil foram perdidos. Com a ausência de coordenação nacional para extensão rural as Emater ficaram sob a responsabilidade dos governos estaduais. Houve a reestruturação desses serviços em alguns estados, porém, com várias formas institucionais e com a criação de mecanismos de financiamento e operacionalização das empresas oficiais, além de apoio a outras entidades emergentes.

Todo processo de formação e estruturação dos serviços de ATER no Brasil ocasionou uma grande crise econômica e socioambiental no meio rural. Onde foram causados vários problemas como o grande número de subempregados e desempregados, o aumento do trabalho temporário; crise da produção de alimentos, que foi agravada pela concentração da posse de terras; pela dependência da agricultura em relação ao setor industrial; pela miséria e piora das condições de vida do trabalhador rural; pela elevação do êxodo rural; por problemas de ordem ambiental; entre outros.

Sendo o termo mais adequado o de ‘comunicação’, pois, evidencia a importância da comunicação entre extensionistas e agricultores, para que em conjunto, encontrem soluções necessárias para sanar seus problemas. Ainda, a partir da década de 1990, questionamentos ambientais e de sustentabilidade foram foco de estudos e discussões. Nesse contexto, deu-se início a discussão sobre os novos métodos de prestação de serviços de ATER.

E, apenas no final de 2003, o governo federal implementou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), com a finalidade de orientar as entidades responsáveis pelos serviços de ATER para uma prática nova, que fosse capaz de contribuir para a realização de uma agricultura que preservasse os recursos naturais, assegurasse os beneficiários, a produção de alimentos saudáveis e acima de tudo a valorização dos conhecimentos dos agricultores e respeitando sua realidade (MDA, 2004).

Entre as várias questões centrais da política, tem-se o desenvolvimento rural sustentável; o uso de metodologias participativas; a valorização do conhecimento local; o fortalecimento da agricultura familiar, respeitando-se a pluralidade e as diversidades sociais, econômicas, éticas, culturais e ambientais do país; a inclusão social da população rural brasileira mais pobre; a oferta de alimentos saudáveis; a geração de renda e novos postos de trabalho.

Como parte desse processo os jovens assumem um papel importante na reprodução familiar, perpetuando as práticas produtivas, conservando culturas e conhecimentos, um jeito de vida próprio e específico que agrega a família, o trabalho e a terra (WANDERLEY, 2013). É a partir da sua posição no mundo que são diferenciados de outros grupos de jovens e também fazem a diferença. Para Wanderley (2013) é nesse rural entendido como um espaço físico diferenciado, que é um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional), que um conjunto de sujeitos sociais, identificados por uma vivência geracional, vai (re)definindo trajetórias e consolidando projetos emancipatórios de transformação social, de valores e ambiental. As juventudes rurais representam a compreensão das especificidades marcadas pelas formas em que se inserem nas comunidades, nas famílias e nos processos sociais em curso e na reprodução de projetos juvenis individuais aos de reprodução social e econômica dos núcleos familiares.

Em nosso país os serviços de extensão rural estão presentes na maioria dos municípios, sendo, portanto, uma importante ferramenta de apoio ao desenvolvimento rural. Com maior relevância quando se possui grande contingente populacional no campo sem acesso a fatores básicos como alimentação, saúde, emprego e sustentabilidade. Nesse contexto o reconhecimento da importância da extensão rural se torna cada vez mais necessário, garantindo através da atuação das entidades de ATER atingir um novo estágio no campo da extensão rural.

O perfil atual do Brasil rural indica uma economia agropecuária muito diversificada. Dificilmente um único modelo ou sistema de ATER pode atender a toda a demanda existente. A diferenciação de modelos que combinem créditos e agentes públicos e privados, de maneira que possibilite atendimento a todos os públicos é a melhor saída para o desenvolvimento eficiente, eficaz e sustentado. Dessa forma, o Estado tem um papel fundamental através de um maior estímulo com políticas públicas.

2.3 O Instituto de Pesquisa Agronômica de Pernambuco – IPA

2.3.1 Proposta

Há mais de cinquenta anos, o Estado de Pernambuco oferece o serviço de assistência técnica e extensão rural público estatal como ferramenta para o desenvolvimento rural. A princípio com a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), em seguida com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco (EMATER-PE), depois com a Empresa de Abastecimento do Estado de Pernambuco (EBAPE) e, nos dias atuais com o Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), conforme decreto do Governo do Estado, publicado no Diário Oficial em 2003. Contando com uma Diretoria de Extensão Rural para a prestação deste serviço.

No início dos anos 2000, o debate político sobre o desenvolvimento rural brasileiro ressurgiu, trazendo a questão da ATER, como consequência prática ocorreu a transferência da competência da ATER pública do então Ministério da Agricultura para o então Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2003. No ano de 2003 o governo federal apresentou a proposta da PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), elaborada com a participação de organizações governamentais e não governamentais de ATER, que incluíram como princípios orientadores o conceito de desenvolvimento sustentável, as noções de igualdade de gênero e étnicas e a importância da inclusão da sociedade civil no seu desenvolvimento como requisito para o seu sucesso. A PNATER ganhou força de lei com a publicação da Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010.

A ANATER atende toda a diversidade de agricultores familiares e das políticas de desenvolvimento sustentável, mantendo a posição de vanguarda de ATER no país e em um conjunto de políticas públicas.

Com a retomada da Ater em 2003, pelo governo Lula que transferiu do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para a Secretaria de Agricultura familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi possível a reconstrução dos serviços no Brasil, com a participação dos governos estaduais e da sociedade civil, sustentado pelo crescimento das políticas de desenvolvimento rural sustentável e com base na Agricultura Familiar.

Embora de forma desigual entre os estados, o IPA apresenta uma estrutura razoável de serviços de ATER organizada em um complexo sistema que integra instituições governamentais e não governamentais. Sendo esse novo sistema fundamental para que as famílias de produtores rurais possam acessar tecnologias e processos de produção, além de políticas e programas.

Diversas políticas públicas proporcionaram ciclos de crescimento no nível regional e local, levando ao desenvolvimento e o crescimento da economia, principalmente com a inclusão de uma parcela fundamental da população rural (agricultores familiares e assentados da reforma agrária), causando um impacto no crescimento de procura por serviços de ATER.

2.3.2 Processo Metodológico

Com base na nova PNATER a assistência técnica e extensão rural têm como missão “participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dimensões locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade”. Logo, o IPA busca adequar-se a esta missão e atingir os princípios e diretrizes dessa Política Nacional, através da capacitação de todos os seus extensionistas rurais e agentes de extensão rural visando oferecer um serviço de qualidade aos agricultores familiares, com eficiência, eficácia e efetividade.

Ressaltando que a atual conjuntura nacional para o serviço de ATER pública, propicia um momento único na história contemporânea da extensão rural brasileira e, assim, para o IPA, favorecendo a consolidação do seu fortalecimento enquanto instituição de apoio ao desenvolvimento sustentável do agronegócio da agricultura familiar estadual (IPA).

O Plano de Trabalho do IPA é realizado de forma aliada às demais entidades do Governo do Estado, propiciando cada vez mais, uma influência de visão regional com debate à escala estadual e vice versa, resultando em processos de discussão das políticas, programas e ações públicas, incluídos também, aqueles executados em parceria com outras instituições, governamentais ou não, como as associações locais de agricultores e os conselhos locais de desenvolvimento local rural sustentável.

Dentre as estratégias para o desenvolvimento rural, de acordo com o plano anual de negócios do IPA (PAN, 2016/2019), destaca-se o apoio a reestruturação da pecuária de leite em Pernambuco, onde a produção de leite de vaca representa a atividade mais importante do setor agropecuário no agreste meridional e que é responsável por 80% da produção estadual. Tendo foco na orientação, melhoramento genético, manejo adequado, produção e conservação de forragem, como também nas ações de infraestrutura hídrica. Tornando possível a prática de sistemas de produção necessários a uma atividade sustentável e competitiva.

A segunda estratégia é apoio à produção de alimentos básicos de qualidade, como os gramíneos— milho e feijão e os tubérculos e as raízes - mandioca, batata doce e inhame. Contribuindo com o aumento da oferta desses alimentos que são de grande importância social e econômica na dieta familiar.

Ainda segundo PAN (2016/2019), o IPA também apoia à produção de pequenos animais como ovinos, caprinos, aves de capoeira, abelhas e peixes. Por serem mais adequados às condições semiáridas do estado e capazes de produzir alimentos de alto valor nutritivo, com a possibilidade de gerar renda. O governo Estadual através do IPA apoia esse programa gerando e adaptando tecnologias, prestando assistência técnica e extensão rural ao agricultor familiar que terá uma redução de problemas produtivos e um aumento na produção, geração de renda, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

A outra estratégia é o apoio ao desenvolvimento de sistemas de produção de frutas e hortaliças através da melhoria dos sistemas de cultivo atualmente adotados, introdução de técnicas modernas, contribuindo para o aumento da produtividade e beneficiamento que permite aos agricultores familiares auferirem maior renda e bem estar.

E por último a estratégia à inclusão produtiva, cidadania e empreendedorismo incentivando e fortalecendo a inclusão produtiva e social de agricultores familiares na perspectiva de proporcionar sua profissionalização e fomentar o empreendedorismo evitando os fluxos migratórios campo-cidade. Além do apoio à conservação e manejo de recursos naturais, que têm como objetivo criar novas ações de proteção ambiental e promover novo modelo de desenvolvimento sustentável.

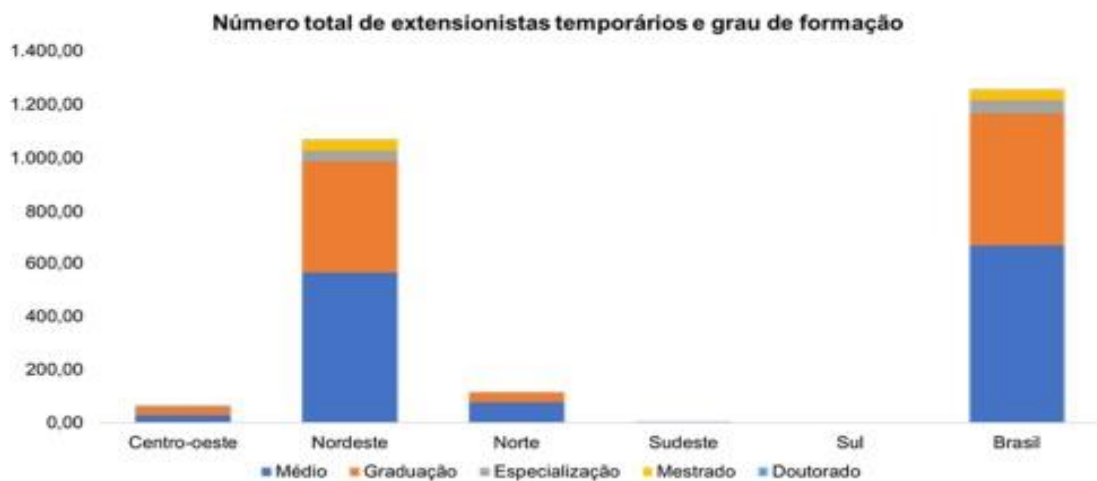
2.3.3 Os Técnicos

O PAN (2016/2019) descreve que o papel do extensionista é executar as ações de assistência técnica e extensão rural alinhadas ao macroprograma e que são definidas também nos Planos de Ação dos Municípios as quais objetivem o alcance das metas propostas. Atuar junto com pesquisadores na construção e reconstrução coletiva do conhecimento, em processos de na capacitação de agricultores familiares, em eventos metodológicos de transmissão de conhecimentos e na aplicação dos questionários para avaliação de impacto, junto com os pesquisadores, além de contribuir para o monitoramento dos resultados.

O papel dos Técnicos Estaduais da Pesquisa e da Extensão consiste em orientar, monitorar e participar dos eventos de capacitação tecnológica, apoiar e ou realizar ações de pesquisa e desenvolvimento que contribuam para o alcance das metas previstas, realizar as avaliações de impacto e analisar seus resultados, para subsidiar a Diretoria do IPA nas tomadas de decisões que reorientem as ações do programa, quando necessário, promover as articulações institucionais que garantam as parcerias necessárias à realização integral das ações e apoiar tecnicamente as equipes de elaboração, execução e monitoramento dos macroprogramas.

Segundo levantamento da ASBRAER (2018), o quadro de pessoal dos órgãos estaduais de ATER é complementado com pessoal temporário (figura 3).

Figura 3 - Quadro temporário de extensionistas, considerando seu grau de formação e distribuição pelas regiões brasileiras.

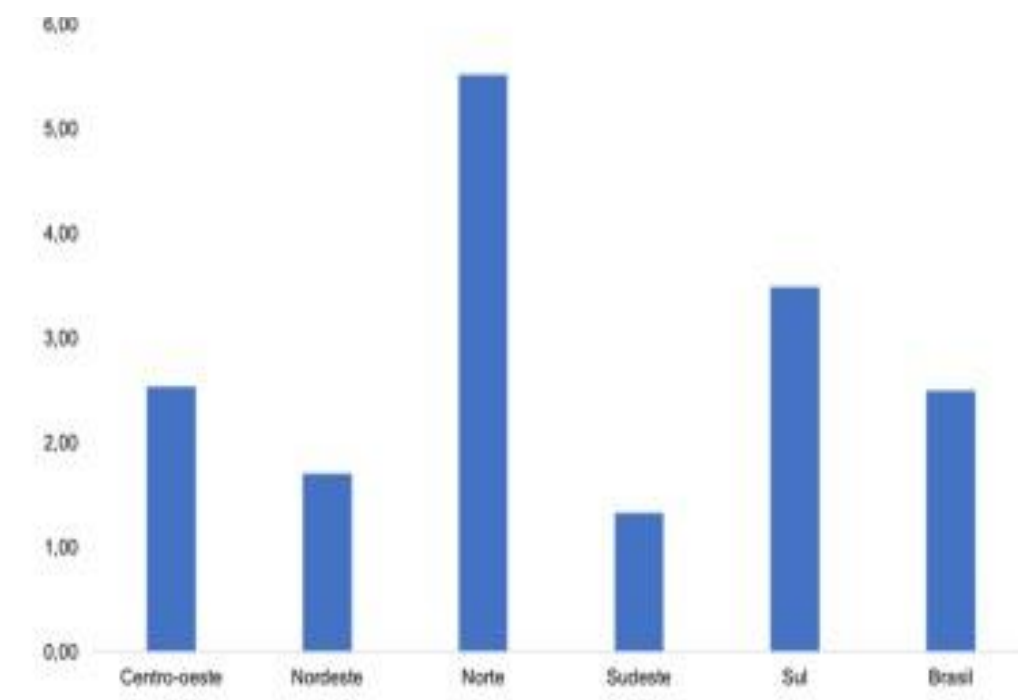


Fonte: ASBRAER, 2018

Dos contratados 85% do total são para região nordeste, devido os órgãos nela localizados sentirem uma carência de pessoal para realizar o atendimento, uma vez que, há um grande contingente de agricultores familiares. Em seguida ficam as regiões norte e centro-oeste como contratantes de pessoal temporário, conforme apresentado na Figura 3.

Ainda sobre o trabalho realizado pela ASBRAER (2018), fica evidente a sobrecarga de trabalho dos extensionistas da região Nordeste. A figura 4 apresenta a disponibilidade de extensionistas por município, onde se pode observar que cada extensionista da região nordeste fica encarregado de quase 500 agricultores, fato que impede um atendimento especializado e individualizado de qualidade.

Figura 4 - Número médio de extensionistas integrantes do quadro permanente por município, de acordo com as regiões



Fonte: ASBRAER, 2018

Na tabela 1 vemos os dados do censo agropecuário referente ao número de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários no município de São Bento do Una (IBGE, 2017). O mesmo apresenta um elevado número de agricultores familiares, confirmando o levantamento da ASBRAER (2018), pois, a Estação Experimental do IPA na região possui um quadro de apenas três técnicos de ATER.

Tabela 1 – Pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários no município de São Bento do Uma-Pe, em 2017.

Especificação	Número pessoas
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários	10.455
Pessoal com laço de parentesco com o produtor	8.716
Pessoal sem laço de parentesco com o produtor	1.739

Fonte: IBGE, 2017

As entrevistas com os técnicos, foram realizadas com dois dos três que atendem o município, devido o terceiro não ter tido disponibilidade para responder durante o período da pesquisa. Os dois técnicos entrevistados possuem o nível médio/técnico, um está no instituto há nove anos e o outro há dois anos, ambos desenvolvem as mesmas atividades: orientações técnicas sobre produção agrícola e animal, comercialização, garantia safra, Pronaf, PAA, Programa Dom Hélder Câmara, distribuição de sementes e mudas e palma forrageira, projetos para assentamentos, organização de feiras de agricultura familiar.

Eles consideram que o desenvolvimento rural do município encontra-se lento e acreditam que um dos fatores que contribuíram para esse fato está no longo período sem chuvas.

A cidade recuou um pouco em termos de desenvolvimento, esse fato aconteceu devido a alguns anos de seca. Esse ano a intenção é dar um maior apoio na produção de forragem e com isso aumentar a produção animal local. (Entrevista, 31).

Eles consideram que os agricultores buscam o IPA e quando fazem visita são muito bem recebidos, que gostam muito da presença da assistência técnica e que as políticas públicas são muito bem aceitas, alguns resistem as orientações, enquanto outros buscam inovações.

Os agricultores são bem receptivos e temos um bom entrosamento, eles nos recebem com gratidão e esperança de dias melhores. (Entrevista, 32).

Eles ainda acreditam que para melhorar e aperfeiçoar as ações desenvolvidas no Instituto é necessário um novo olhar dos governantes para a agricultura familiar, para que assim possam conseguir realizar um trabalho melhor e menos burocrático. Os principais entraves para que possam desenvolver os seus trabalhos são por conta da falta de recursos financeiros que enfraquecem a estrutura física do órgão.

Precisamos de uma estrutura melhor e uma maior equipe para atender todo o município. Além de recursos financeiros e equipe técnica. Temos muito trabalho para poucos funcionários. (Entrevista, 31).

Segundo os dois técnicos entrevistados, uma forma de minimizar as dificuldades, não só do IPA, mas também da ATER é, em primeiro lugar, começar uma reestruturação do Instituto. No caso de São Bento do Una ter um escritório na cidade e realizar concurso público para contratação de novos funcionários para preencher a lacuna no quadro de técnicos e disponibilidade de recursos financeiros para implementar as atividades desenvolvidas na região.

Olha, para minimizar as dificuldades, em minha opinião, seria o governo olhar para o homem do campo. Já era uma ajuda fundamental, porque não temos um escritório na cidade que facilite o acesso dos agricultores para chegarem até nós, fora à falta de técnicos para conseguir atender toda a área, era interessante que tivesse concurso, ainda existe a falta de recursos para melhorar as atividades que realizamos no município. (Entrevista, 32).

Para eles o trabalho que desenvolvem é de grande importância para os agricultores, principalmente os pequenos, pois, assim eles tem acesso a informação, condições de melhorar a renda familiar e comercializar seus produtos através dos programas do governo, como PAA e PNAE que garantem a compra certa e a preço mais justo que o dos atravessadores, como muito deles relataram na nossa coleta de dados. Ainda disseram que o acesso às políticas públicas é importante e facilmente conseguido através da ATER.

O IPA é o único órgão que vai até o agricultor, que leva muitas informações, não só de extensão rural, mas sobre previdência, saúde, educação entre outros. (Entrevista, 31).

Os relatos dos técnicos foram similares aos levantamentos da ASBRAER sobre a ATER, assim como a visão sobre as características da região em estudo. Provavelmente essas condições do quadro de pessoal seja um entrave na qualidade de atendimento e maior desenvolvimento local.

2.4 Estação Experimental São Bento do Una

De acordo com o PAN (2016/2019) no que diz respeito à estratégia metodológica de execução dos macroprogramas, as estações experimentais deverão prover as condições necessárias à realização dos trabalhos e etapas dos macroprogramas. Nelas serão executadas ações de pesquisas, parte da quais se refere ao melhoramento genético, e dentro deste à seleção e conservação de raças e de material vegetal que formam os bancos de germoplasmas. Poderão ocorrer ações de pesquisa fora das estações experimentais. Nas estações experimentais serão realizadas reuniões técnicas e eventos especiais para transmissão de conhecimentos a produtores e técnicos. Elas deverão apoiar a instalação de unidades demonstrativas e a participação de técnicos e agricultores em eventos relativos dessa natureza.

Atualmente o escritório de São Bento oferece distribuição de sementes de milho, feijão e sorgo para agricultores que participam de associações, apoio a queijarias artesanais (elaboração de projeto e toda orientação técnica), crédito fundiário, declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), inscrição do garantia safra, Pronaf variável, Pronaf A para assentamentos do ITERPE (Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco) , distribuição de sementes de palma forrageira, PAA – compra direta do agricultor e doação para entidades ligadas à assistência social do município (programa parado com previsão de começar em junho/2019), participação em feiras de agricultura familiar, distribuição de mudas frutíferas e nativas, apoio as associações, orientação técnica na área de produção animal, vegetal e social. E, atualmente um dos principais trabalhos do IPA é o Projeto Dom Hélder Câmara, que atende 98 famílias de agricultores familiares em situação de pobreza no município, oferecendo assistência técnica continua e um fomento de R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) para investimentos em projetos produtivos, esse recurso é comandado pela ANATER e pago pelo governo federal a fundo perdido.

3. METODOLOGIA

O trabalho é um estudo descritivo (GIL, 2007; YIN, 2010; STAKE, 1994), com o qual se procurou conhecer a realidade de vida dos agricultores atendidos pela Estação Experimental do IPA- São Bento do Una – PE, localizado na Estrada para Capoeiras, km03, CEP 55.370-000.

A pesquisa foi realizada no período de março a maio de 2019, no acima citado município que está localizado na Microrregião do Vale do Ipojuca, Mesorregião do Agreste, limitando-se ao Norte por Belo Jardim e Tacaimbó; ao Sul por Jupi e Lajedo; ao Leste por Cachoeirinha e Oeste por Sanharó, Pesqueira e Capoeiras. O município possui Latitude: 08° 31' 12", Longitude: 36° 33' 00" e altitude de 650 m. A área é de aproximadamente 713 Km² com clima semiárido e vegetação de Caatinga.

De acordo com o censo do IBGE em 2010, São Bento do Una apresentava uma população de 52.242 habitantes e uma população estimada para 2018 de 58.956 habitantes. Em 2016, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6.7%. E, segundo dados do IBGE (2016), o PIB per capita foi de R\$ 16.487,40, enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal foi de 0,593.

As entrevistas realizadas foram semiestruturadas, seguindo um roteiro de perguntas, com o objetivo de definir um diagnóstico dos agricultores, além de conhecer o perfil dos mesmos (GIL, 2007).

Foram estudados 30 (trinta) agricultores familiares, atendidos pela Estação Experimental do IPA, no período do mês de maio de 2019, utilizando-se dados qualitativos e quantitativos que foram obtidos a partir de observações simples e entrevistas promovidas durante as visitas aos pequenos agricultores rurais no campo utilizando a metodologia de Gil (2007) e o estudo de caso foi coletivo (STAKE, 1994), em feiras de agricultura familiar e em visitas ao escritório da Estação Experimental do IPA (figuras 5, 6 e 7), bem como aos técnicos de ATER do Instituto.

Segundo Yin (2010), o estudo de caso permite reter as características holísticas e representativas dos eventos da vida real a fim de entender os fenômenos sociais complexos do cotidiano.

Figura 5. Entrevistas com agricultores (as) familiares. A) Sítio Tamanduá; B) Sítio Jequirí.



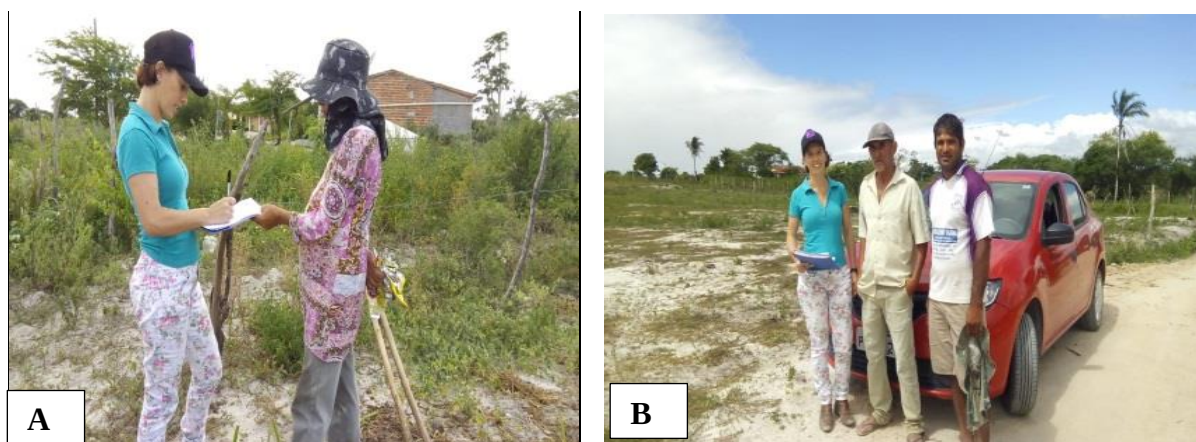
Fonte: Lopes, Mízia F. M. B. 2019.

Figura 6. Entrevistas com agricultores (as) familiares. A) Feira de agricultura familiar em São Bento do Una; B) Feira de agricultura familiar em São Bento do Una.



Fonte: Lopes, Mízia F. M. B. 2019.

Figura 7. Entrevistas com agricultores (as) familiares. A) Sítio Várzea do Alegre; B) Sítio Batalha.



Fonte: Lopes, Mízia F. M. B. 2019

A princípio, foram coletados dados secundários sobre a região em estudo, como dados do município no IBGE, mapas, revistas, etc. Para fazer a primeira leitura de verificação das informações coletadas e acrescentadas.

As visitas no campo foram feitas aos agricultores familiares de forma aleatória, para entrevistas informais traçando um perfil histórico da construção das referidas comunidades. Posteriormente, foram escolhidas de forma aleatória as 30 famílias, que foram entrevistadas e responderam ao questionário semiaberto, tendo como base um roteiro de perguntas.

Foram estudados os aspectos socioeconômicos: escolaridade, composição da renda familiar, disponibilidade de água, iluminação pública, estradas, saúde, educação, produção e comercialização da produção, características da moradia, transporte utilizado na comercialização dos produtos agropecuários, formas de comercialização, condições das estradas, culturas plantadas, faixa etária dos agricultores e os principais problemas enfrentados por eles, bem como a recepção e percepção das ações de ATER.

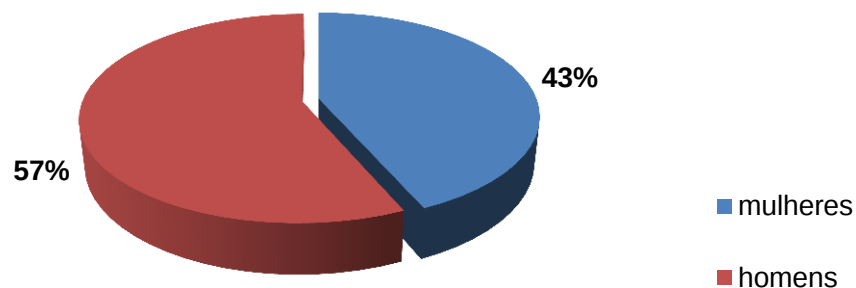
O conteúdo foi analisado e organizado em três polos cronológicos conforme Bardin (2011), pré-análise; exploração do material e; tratamento dos resultados. Devido a variedade de respostas e a necessidade de analisá-las adequadamente, os dados foram organizados e agrupados a partir do estabelecimento de um princípio de classificação, conforme Gil (1999) recomenda, assim como Bardin (2011).

Os dados foram tabulados em planilhas eletrônicas e organizados em tabelas. Os resultados obtidos foram analisados qualitativamente, conforme metodologia proposta por Bardin (2011) e Gil (2007), e apresentados no formato de Trabalho de Conclusão de Curso, consoante às normas acadêmicas vigentes.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A distribuição por gênero dos entrevistados indicou uma quantidade superior de homens (57%) em relação às mulheres (43%) conforme figura 6. Esses resultados se aproximam dos obtidos em outros estudos sobre a realidade brasileira no meio rural, onde a figura masculina é predominante, o que evidencia a existência de uma estrutura patriarcal, em que não ocorre a participação das mulheres nos processos decisórios do cotidiano (COSTA, 2016).

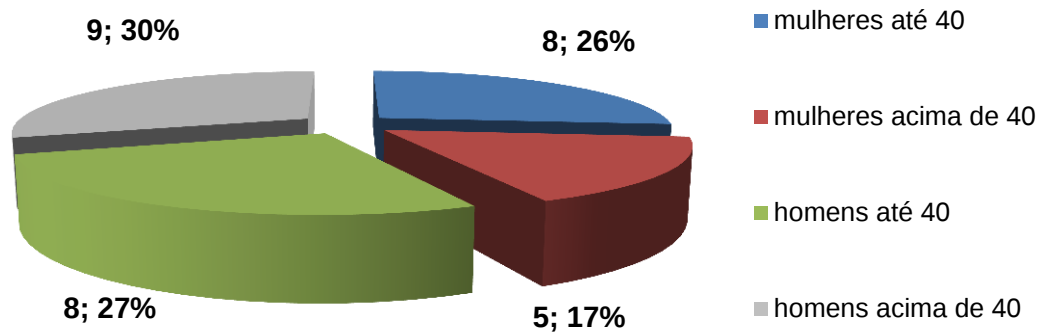
Figura 8 – Distribuição dos agricultores entrevistados, conforme o gênero, em 2019.



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

A faixa etária dos entrevistados é bem diversificada conforme visualizamos abaixo na figura 7, que apresenta a distribuição de homens e mulheres até 40 anos e acima de 40 anos. Todos os entrevistados, sem exceção, confirmaram viver no campo desde criança. Foi observado também que esses agricultores em sua maioria permanecem no meio rural porque gostam, apesar das dificuldades enfrentadas, ou porque constituíram famílias com produtores. Apenas uma minoria disse permanecer no campo por falta de opção de trabalho. Diante desse contexto, vemos o recente cenário do meio rural que foi encontrado também em pesquisa feita pelo MDA (2015).

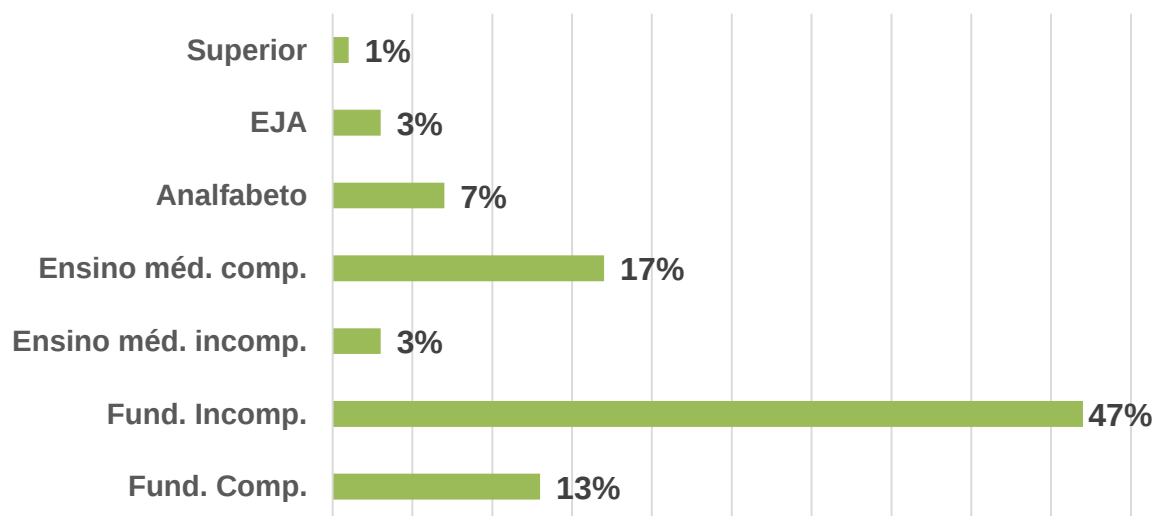
Figura 9 - Distribuição dos agricultores entrevistados, conforme idade, em 2019.



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Os dados relacionados à escolaridade (figura 8) apresentam, conforme a análise das respostas, que 47% dos entrevistados possuem o ensino fundamental incompleto e o ensino fundamental completo foi concluído por 13% dos entrevistados, já o ensino médio completo corresponde 17%, onde mais 3% dos agricultores estudaram o ensino médio pelo EJA e outros 3% não concluíram o ensino médio, tendo ainda 10% dos agricultores entrevistados com ensino superior apenas 7% analfabetos.

Figura 10 - Distribuição dos agricultores entrevistados por escolaridade, em 2019.



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Provavelmente, a quantidade de agricultores que não conseguiram concluir o nível fundamental se deve as dificuldades diárias de cada um deles, uma vez que a escolaridade é influenciada pelo ser e estar das pessoas. Os maiores níveis de escolaridade são de fundamental importância para que o homem do campo tenha o poder de assimilar as inovações técnico-científicas proporcionando melhorias nas suas formas de reprodução social e vimos neste estudo, que a maioria dos agricultores familiares do município de São Bento do Una não completou o ensino fundamental. Reforçando o trabalho de Lira et al (2013), no Brasil, o nível de escolaridade entre os pequenos agricultores encontra-se em torno de 3,4 anos, o que equivale ao nível fundamental incompleto.

A maioria dos entrevistados possui de 1 a 4 filhos, os quais tem acesso a escolas municipais, a maioria na própria zona rural, e, estaduais na zona urbana. Alguns poucos agricultores com filhos adultos relataram que gostariam que os mesmos estivessem com eles, seria mais pessoas para mão de obra e de grande ajuda no trabalho difícil. Porém, foram tentar algo “melhor na cidade”, mas dizem não ser fácil e consideram ilusão.

Aqui na roça tem prato cheio, acima de tudo. [...]. Criei meus quatro filhos e gostaria que eles tivessem ficado no campo. Só um casou e mora no sítio vizinho. Uma vive lutando em Belo Jardim (cidade vizinha) querendo ser enfermeira, lutou bastante pra conseguir ser técnica e agora quer fazer superior. Os outros dois estão em São Paulo, mas lá tudo é mais caro, é ilusão melhorar de vida lá. Tudo é mais caro, paga aluguel, tudo longe. Aqui tem casa, tem comida que nós planta e dá pra se virar, é só ter coragem de trabalhar, até a energia é mais barata aqui porque é rural. (Entrevista, 1).

Enquanto outros preferem que eles busquem “crescimento” na cidade e lutam para que eles consigam formação superior para melhorar de vida.

Eu sei lá, estou desanimada, sete anos de seca. Gosto muito do campo, me criei aqui. Mas, sempre produzimos pra consumo. Meu sonho era produzir hortaliça, mas não tem água. Tenho sete filhos e não tem o que fazer, a gente vive com a cesta (mantimentos) que a associação dá, de vez em quando, e da minha aposentadoria. [...]. Eles estudam, tem que estudar pra ver se consegue alguma coisa melhor. Espero que eles consigam alguma coisa na cidade pra melhorar um pouco. (Entrevista, 28).

Para Champagne (1986 b), os processos favoráveis às mudanças de percepções entre os agricultores são, sobretudo, ocasionados pela proximidade entre o rural e o urbano, devido à diminuição das distâncias geográficas e sociais, tornando-se possível almejar outras ocupações, diferentemente de outrora, quando os agricultores seguiam na agricultura porque

era a mais acessível ou a única possível. Provocando mudanças nas percepções sobre a ocupação agrícola, permitindo que as situações da vida agrícola, antes consideradas como normais e naturais, dessem lugar a uma comparação capaz de levar os agricultores, especialmente os com menos condições econômicas, a se auto perceberem como um grupo desfavorecido em relação aos demais.

A questão de habitação foi avaliada por observações no momento das visitas, as quais são todas casas de alvenaria. Já no que diz respeito à água, em algumas localidades que não tem abastecimento ou poços os vereadores ou a prefeitura mandam caminhões pipa para encherem as cisternas dos mais necessitados e outros agricultores mais estruturados compram.

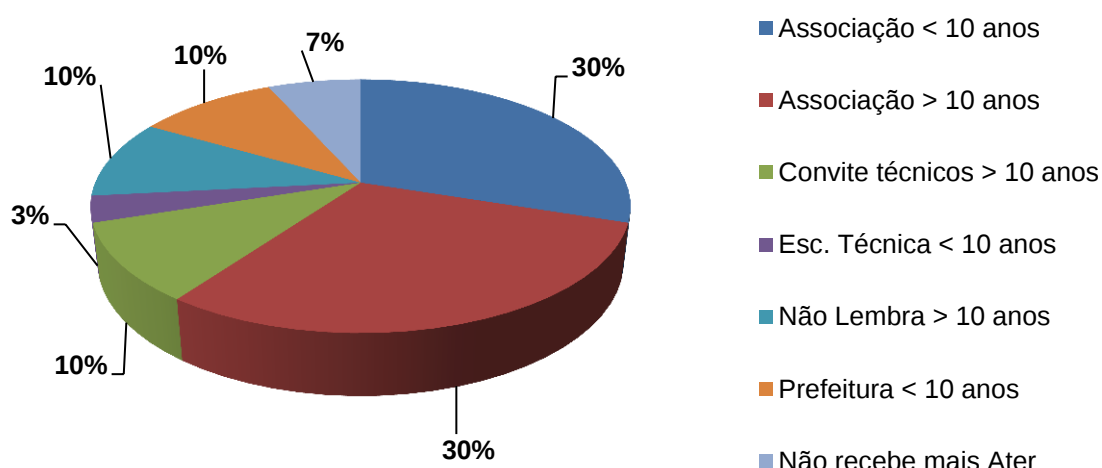
A energia está presente em todas as localidades da zona rural visitada, porém, é monofásica na região do Sítio Tamanduá que se localiza na Serra da Macambira onde se encontram vários pequenos agricultores. A região é responsável pela produção agrícola do município e esse tipo de energia se torna uma limitante para utilização de bombas de irrigação, uma vez que, nesta região tem água de poços, sendo mais uma dificuldade para a cadeia produtiva.

Ainda referente às condições de moradia, foi observado que a maioria dos agricultores possui televisão, antena parabólica e internet. As estradas possuem condições razoáveis de trânsito, porém, segundo agricultores da Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Jequirí e Adjacências, o acesso nem sempre é bom, pouco antes da visita foi feita manutenção pela prefeitura após solicitação feita pelos associados. Na Vila do Espírito Santo, região responsável pela produção pecuária do município e onde se encontram muitos outros sítios, associações e assentamentos, as vias de acesso são de boa conservação.

Esses aspectos socioeconômicos também foram identificados no relatório analítico realizado pelo MDA (2016) no Território Rural do Agreste Meridional de Pernambuco, o qual indica um ICV (índice de condições de vida) com valor médio, correspondente a uma percepção de melhora na qualidade de vida dos entrevistados. Ainda segundo o MDA (2016) a situação econômica, juntamente com as condições de alimentação e nutrição, revela um grau de satisfação médio alto dos entrevistados. No entanto, apesar dessa satisfação, a permanência dos familiares no domicílio foi o indicador mais baixo dessa instância. Uma hipótese para essa evasão pode ser a atratividade das cidades, tanto nas atividades de lazer quanto na expectativa de melhores condições de trabalho.

Quanto ao levantamento feito sobre o primeiro contato com o IPA (figura 9), foi identificado que 30% dos entrevistados tiveram o primeiro acesso há mais de 10 anos e por meio de associações, outros 30% há menos de 10 anos também por meio de associações, uma parcela de 10% dos agricultores pesquisados foi convidada por técnicos do IPA e declararam que já fazem mais de 10 anos que são atendidos, outros 10% chegaram através da prefeitura há menos de 10 anos com o objetivo de comercialização para a assistência social, 3% tiveram conhecimento recentemente, por volta de 10 anos, através da Escola Técnica Estadual do município onde estudaram o segundo grau técnico, 7% não se recorda porque tem mais de 10 anos que são atendidos e apenas 3% dos entrevistados disseram não recebem mais os técnicos ATER, segundo eles devido a forte seca na região e não terem o que fazer enquanto não chove.

Figura 11 - Distribuição de agricultores entrevistados conforme o primeiro acesso ao IPA, em 2019.



Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

De acordo com os dados obtidos durante as visitas no campo, por meio das observações e das entrevistas, os pequenos agricultores têm uma produção agrícola voltada para as culturas de subsistência, tais como milho, mandioca, feijão e alguns produzem vaca de leite, gado de corte e pequenos animais como caprinos, ovinos e suínos. Porém, na composição da renda familiar, muitos também possuem aposentadoria ou auxílio de programas do governo como Bolsa Família e os mais necessitados irão receber o fomento via

Programa Dom Hélder Câmara, a partir do mês de junho do corrente ano, para utilização do recurso na produção melhorando as condições de vida. O que evidencia que a pluriatividade é presente na vida dos agricultores, representando uma alternativa de reprodução social e econômica (SCHNEIDER, 2003). Garantindo assim a sobrevivência para a maioria das famílias entrevistadas.

Segundo as declarações obtidas sobre a renda, a maioria dos trinta agricultores entrevistados não vive apenas do campo, treze deles recebem auxílio do governo (Bolsa Família), outros sete são aposentados ou recebem benefício do INSS, cinco complementam a renda com trabalhos fora do campo, os quais incluem prestadores de serviços públicos e autônomos, e, apenas cinco vivem somente da produção agrícola. Salientando ainda, que a maioria dos agricultores pesquisados participa do PRONAF, o qual estimula a geração de renda e melhora o uso da mão de obra familiar. Apesar disso, eles conseguem desenvolver suas atividades produtivas com os familiares e alguns contam com o auxílio de vizinhos fazendo uma rotação de plantio entre suas terras, conseguindo uma mão de obra de troca.

Não sei como ia fazer nesse tempo se não tivesse minha aposentadoria, ela é pouca mais ajuda demais, principalmente nesses últimos nove anos sem chuva. Não dá pra plantar nada, mal dá pra dentro de casa. (Entrevista, 5).

Sempre faço de tudo, artesanato com pallet, faço bolo vou me virando principalmente no verão, busco sempre pesquisar e me esclarecer na internet para fazer algo novo. (Entrevista, 16).

Meu marido é motorista e ajuda nas contas de casa, ele não acredita muito no campo. [...]. Eu gosto e é uma coisa que eu preciso me dedicar mais. [...]. O que mais me dói, é não ter uma casa no sítio pra morar e tem tantas que estão fechadas de pessoas que conseguiram com auxílio do governo e eu não consegui. (Entrevista, 17).

A agricultura é a sobrevivência da minha família, a gente tem que cultivar para nossa sobrevivência. Não tá fácil pra viver em lugar nenhum. [...]. Às vezes zera a produção e não tem o que fazer na cidade, a Bolsa Família ajuda um pouco. (Entrevista, 21).

Na agricultura temos que observar o que produz no local e se tem valor, se não tiver tem que adaptar. Com todo sacrifício não me vejo sem ela. Com a agricultura tenho liberdade, tenho como crescer. Vivo dela, graças a Deus. (Entrevista, 7).

Os programas sociais do governo são muito importantes para os agricultores e o bolsa família, por ser um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, também fazem parte da realidade de alguns entrevistados, de modo que conseguem superar a situação de vulnerabilidade durante o período de seca. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde (CAIXA, 2019).

Já quanto às ações desenvolvidas pelo IPA os agricultores consideram ser de qualidade e muita importância, apesar de acharem que há tempos atrás era melhor, tinham mais ajuda e apoio. Eles relataram, em grande maioria, que essa baixa nos serviços do Instituto se deve a falta de incentivos (recursos financeiros) do governo. Alguns citaram até nomes de governantes que representaram mais a classe e buscavam sempre melhorar as condições de trabalho, moradia, produção e comercialização. Dentre as ações desenvolvidas as que mais citaram foi a distribuição de sementes (feijão, milho, sorgo e palma), a assistência técnica e o auxílio para comercializar os produtos através do PAA e de feiras de agricultura familiar na região. Eles relataram ainda que antigamente era melhor porque tinham acesso a trator para aração e alguns até receberam animais para iniciarem produção pecuária.

Minha filha, o pessoal do IPA vem aqui há mais de 20 anos. [...]. Antigamente era bem melhor, na época eles começaram a fornecer água, sementes, palma e até aragem. Continua sendo bom, mas era melhor. Hoje eles auxiliam com as sementes, mas não é a quantidade suficiente, e na assistência pra gente plantar. Recomendam não colocar agrotóxicos e fazer tudo natural pra gente vender nas feiras agroecológicas, ajuda no cadastro dos programas do governo (PAA e PNAE), essas coisas. (Entrevista, 1).

O IPA é muito importante e ajuda bastante, principalmente na pecuária, eles orientam nas criações e sementes de qualidade pra plantar. A junção do IPA com a associação foi uma junção perfeita para ajudar a gente do campo. (Entrevista, 8).

Ajuda muito principalmente na área do PAA se fosse contínuo era bom demais, precisava controlar mais porque tem ano que não tem aí ficamos entregando a mercadoria aos atravessadores que pagam barato. (Entrevista, 25).

As ações citadas pelos entrevistados estão de acordo com a missão do IPA que é gerar e adaptar tecnologia, prestar assistência técnica e extensão rural prioritariamente aos agricultores de base familiar, realizar obras de infraestrutura hídrica e disponibilizar bens e serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio (IPA, 2008).

A comercialização dos produtos é realizada tanto pelos produtores de forma independente, seja na feira local ou em feiras das cidades vizinhas, como algumas vezes em feiras agroecológicas das proximidades com o incentivo e apoio do IPA, além de comercializarem para o PAA também com o auxílio do Instituto. Eles também tinham acesso ao PNAE, mas a maioria não tem registros no MAPA e vigilância sanitária para comercializarem seus produtos no programa.

Eu faço polpas e doces com as frutas que eu produzo no sítio, comercializo no comércio da cidade e vou a todos os eventos e feiras agroecológicas que os técnicos do IPA me indicam. Eles ajudam muito na divulgação, no incentivo e apoio para nós agricultores. (Entrevista, 11).

O PAA que garante a venda e um dinheiro certo. [...]. A agricultura não é valorizada, o que você gasta, você não tira. Aqui no IPA pelo PAA o valor é melhor, aqui eu vendo o quilo da macaxeira por R\$1,88 se eu for vender a qualquer atravessador da feira eles só pagam R\$1.00. (Entrevista, 19).

Segundo GRISA et al. (2011), uma ferramenta importante de valorização da produção da agricultura familiar, são os mercados institucionais, que utilizam o poder de compra controlado pelas esferas do governo para aquisição pelo estado dos produtos oriundos dos pequenos agricultores.

De acordo com o que foi dito pelos agricultores, as visitas ocorrem mais via associação ou quando os agricultores solicitam orientação para tirarem dúvidas ou quando necessitam de assistência veterinária. Em algumas localidades que precisam de acompanhamento maior devido à carência ou implantação de projetos as visitas são periódicas, conforme a necessidade. Havendo uma minoria deles que relataram não receber as visitas e sentem falta da ATER. Tal fato pode ser explicado por relatos de alguns entrevistados que contaram serem poucos técnicos para o município.

Meu marido está com um projeto de criação de peixes, no começo ele começou pesquisando na internet, depois o pessoal da associação indicou os técnicos e ele foi lá. Eles ajudam muito, no começo vinham toda semana, a Izabela (técnica do IPA) chamou uma técnica de Garanhuns que ajudou muito no projeto, ensinou a cuidar da água, ensinou a ração, muitas coisas. Hoje eles vêm sempre que procuramos, sempre atendem, às vezes até pelo WhatsApp. (Entrevista, 10).

No momento só vendo pelo PAA e participo do D. Hélder (programa de fomento), estou aguardando começar o curso e receber o dinheiro. [...]. Faltam visitas, sei trabalhar, mas não tenho a prática, uso adubo, mas não sei a época certa de usar, nem o tipo e a quantidade. (Entrevista, 23).

Os técnicos sempre me visitam e atendem quando solicito. Mas a estrutura tá fraca, eles fazem o que podem, o nosso município é grande e cinquenta por cento da população é de pequenos agricultores, só três técnicos não dá conta, fica difícil, o governo precisa melhorar isso aí. (Entrevista, 30).

A participação de cursos não é considerada interessante para os agricultores, poucos participaram de algum tipo de curso, palestra ou treinamento. Alguns relataram que o presidente da associação rural da qual fazem parte, participa e repassa o que foi visto para cada um dos associados. Muito deles acham mais importante a ATER, a informação, novas formas de cultivo, novas espécies de sementes e etc. Alguns poucos participaram e acham importante buscarem conhecimento através de cursos, consideram que qualquer palavra ou ideia nova clareiam a mente e ajudam a produzir e crescer mais. Já os participantes do Programa D. Hélder Câmara vão participar do curso de capacitação obrigatoriamente, pois terão um acompanhamento de como deverão utilizar o dinheiro do fomento e toda assistência

de apoio para realização de seus projetos produtivos, assim poderão sair da zona de pobreza. A visão dos pequenos produtores sobre essa questão pode ocorrer pelo mesmo fato de quase metade dos entrevistados terem apenas o ensino fundamental incompleto, conforme visto neste trabalho na distribuição quanto à escolaridade e no estudo de Lira et al (2013).

Eu sempre participo pela associação, acho muito importante. [...]. O presidente da associação faz os cursos lá no IPA e em outros lugares e reúne os associados para repassar. (Entrevista, 9).

Ainda não, mas fui convidado e vou participar do curso do D. Hélder. (Programa do governo). Acho importante pra gente aprender. (Entrevista, 25).

Nunca participei de nenhum, mas não tenho interesse. [...]. Porque não quero e não preciso, o que faz falta é informação. (Entrevista, 26).

Os pequenos produtores entrevistados esperam que no futuro sejam melhores assistidos pelas políticas públicas, que as ações exercidas pelo Instituto sejam no mínimo como antigamente, possibilitando um auxílio na produção e desenvolvimento das propriedades. Segundo grande parte dos produtores entrevistados o governo é o principal entrave de melhorias, uma vez que não manda recursos para que sejam feitas. Eles relatam que a necessidade de mais técnicos para assistência, uma distribuição regular e em quantidades suficientes de sementes, bem como formas de comercializar seus produtos a um preço justo são os principais pontos para o sucesso no processo produtivo que consequentemente gera melhores condições de vida para suas famílias.

Espero que haja uma reestruturação do IPA que nos ajuda muito com a assistência técnica. Eu tinha como optar por empresas privadas, mas com o crédito fundiário do nosso assentamento demos preferência pelo IPA, por ser do município e por atender nossas necessidades. Embora esteja deficiente o quadro de funcionários. (Entrevista, 12).

Espero que no futuro tenham mais técnicos, os que têm são abnegados, uma melhora na genética das sementes e animais. Melhorar é sempre preciso e o gargalo de tudo é a comercialização que fica incerta, falta local pra comércio. Espero mais reconhecimento do governo para a agricultura familiar. (Entrevista, 15).

Segundo Pires (2003), a ATER sempre foi movida pela ideia de que o aumento de técnicas de produção modernas resulta em melhorias nas condições de vida das pessoas envolvidas. A ASBRAER considera que os órgãos estaduais de ATER tem uma estrutura que possibilita realizar atendimento bastante significativo de forma individual e coletiva e que pode ser de grande valia para fazer chegar às políticas públicas para os agricultores. O que se espera, é que o governo federal valorize essa estrutura como um instrumento de acesso às políticas públicas pelas populações rurais. Sendo assim, conferindo maior importância e uma

crescente utilidade para essa rede, através de uma valorização maior, resultando em melhores condições para a sua manutenção.

Os agricultores entrevistados consideram que a agricultura é tudo, é fonte de renda, é moradia. Muitos disseram não trocar por nada apesar das dificuldades do trabalho pesado, da falta de valorização, da seca que é característica da região, pois, foram criados dela e criam seus filhos também, não precisam ser mandados e podem produzir o próprio alimento.

É minha renda, toda importância, não faço outra coisa. Eu gosto do que faço me criei no campo. (Entrevista, 10).

Ave Maria, é fundamental. Se os agricultores não planta, a cidade não janta. Só falta mais valorização. (Entrevista, 11).

É fundamental, é onde produzimos a nossa alimentação e da população, é tudo, de onde tiro meu sustento. Não me vejo sem ela. (Entrevista, 30).

De acordo com o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead), do MDA, há muito tempo os agricultores familiares deixavam o meio rural para poder alimentar sua família, hoje em dia eles valorizam o trabalho agrícola e usufrui das condições de subsistência no campo. Aproximadamente 84% dos jovens agricultores brasileiros não trocam a vida rural pela vida em grandes cidades para buscar oportunidades de trabalho (BRASIL, 2015).

Este trabalho permitiu observar através dos relatos dos agricultores que eles têm uma boa percepção e recepção das ações do IPA, que são conscientes do seu papel na economia e sociedade. Apesar de tudo, gostam e se identificam com o campo, embora sintam-se desvalorizados e tenham dificuldades para produzir com o clima, como na comercialização e com o descaso do governo. Possuem uma esperança de melhorias no futuro que acreditam vim através de políticas públicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Denota-se, com a exposição dos trechos das falas dos entrevistados, que a visão dos agricultores e técnicos é parecida, as dificuldades e o reconhecimento dos atores sociais são mútuos, há uma reciprocidade na comunicação e nos trabalhos desenvolvidos. O governo é posto por eles como o centro para resolução e apoio aos agricultores familiares e a ATER é uma ferramenta que é imprescindível para um futuro próspero dessa população rural. Eles enxergam que o Instituto apesar de enfraquecido, ainda consegue reanimar, incentivar e apoiar os produtores rurais com as ações que desenvolvem na Estação Experimental, colaborando com a valorização dos mesmos.

Em relação ao objetivo desse trabalho, é necessária a continuidade de estudos quanto à importância dos órgãos ATER que auxiliam no desenvolvimento do homem do campo, possibilitando a sua permanência no meio rural e promovendo a soberania alimentar, com o fortalecimento da agricultura familiar através de políticas públicas, no caso deste trabalho o IPA é uma ferramenta de grande valia para que isto ocorra.

Portanto o estudo foi relevante para identificação e vivência nas dificuldades enfrentadas pelos mesmos. Ao mesmo tempo em que contribuiu significativamente na formação acadêmica da Zootecnista, uma vez que possibilitou situações práticas de algumas disciplinas desenvolvidas ao longo do curso.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER. **Proposta Para A Assistência Técnica E Extensão Rural Do Brasil**. Brasília, DF 2018 Disponível em: < <https://www.asbraer.org.br/media/attachments/2018/06/18/apresentacao.pdf> > Acesso em: 07 jun. 2019.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECK, P. *AviNews Avicultura.info, São Bento do Una: Galinhas de São João, no Natal ovos dão?* São Paulo. 05 jul. 2018. Disponível em: < <https://avicultura.info/pt-br/sao-bento-do-una-postura-agreste/> > Acesso em: 01 mai. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Agricultura familiar leva dignidade para o campo**. 2015. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/05/agricultura-familiar-leva-dignidade-para-o-campo> >. Acesso em: 06 jun. 2019.

CEF. Caixa Econômica Federal. *O que é o Bolsa Família?* Disponível em: < <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx> >. Acesso em: 26 jun. 2019.

CAPORAL, Francisco Roberto (coord.) et al. **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**. – Brasília: MDA, 2007. 408 p.: il.

CHAMPAGNE, P. *Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne*. **Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales**, Paris, n.3, p.73-89, dez. 1986b.

Condepe/Fidem. **Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco**. Disponível em: < <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/nacional> > Acesso em: 15 mai. 2019.

COSTA, J. H. Q. **Processos De Cooperação Em Assentamentos Rurais Do Litoral Norte Do Estado De Alagoas**. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas. UFPEL, Pelotas, 2016. 286f.: il.

EMBRAPA. **Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação**, 2018. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31505030/artigo---agricultura-familiar-desafios-e-oportunidades-rumo-a-inovacao>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. – 4.ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

GRISA, C., SCHMIT, C.J. MATTEI, L.F. MALUF, R. S. LEITE, S. P. **Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar.** *Agriculturas*, v. 8, n. 3, p. 34–41, 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/sao-bento-do-una/panorama> > Acesso em: 01 mai. 2019.

_____. Censo 2010. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>> Acesso em: 10 mai. 2019.

_____. Censo Agropecuário 2017. Produção agrícola. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/sao-bento-do-una/pesquisa/14/10193?tipo=ranking>> Acesso em: 23 mai. 2019.

_____. Censo Agropecuário 2017. Características dos estabelecimentos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/sao-bento-do-una/pesquisa/24/76693> Acesso em: 23 mai. 2019.

Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA. **Agricultura Familiar impulsiona interiorização do desenvolvimento de PE.** Recife, 25 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.ipa.br/novo/noticia?n=1706>. > Acesso em: 30 abr. 2019.

_____. **PLANO ANUAL DE NEGÓCIOS - atualização 2018.** Disponível em: <<http://www.ipa.br/novo/pdf/plano-anual-negocios-2018.pdf>> Acesso em: 27 mai. 2019.

_____. Apresentação, 2008. Disponível em: <<http://www.ipa.br/novo/extensao-apresentacao>> Acesso em: 21 mai. 2019.

_____. Programa De Assistência Técnica E Extensão Rural – Ater. Disponível em: <http://www.ipa.br/novo/extensao-programas_projetos> Acesso em: 21 mai. 2019.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Como é Um Assentamento? Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamentos_caracteristicas> Acesso em 22 mai. 2019.

_____. Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>> Acesso em 24 mai. 2019.

LIRA, C.C.; QUEIROZ, M.L.; COSTA, C.F.S.; GOMES, R.V.R.S.; COELHO, J.; FERREIRA, K.M.; SAMPAIO, B.O. Perfil socioeconômico de agricultores familiares no município de Barreiros, PE. In: **XIII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão –JEPEX**, UFPE, 2013.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Semana Do Agricultor: Importância Da Agricultura Familiar.** Brasília, 27 jul. 2018. Disponível em:<

<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/semana-do-agricultor-import%C3%A2ncia-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 30 mai. 2019.

_____. 2016. RELATÓRIO ANALÍTICO. Território Rural do Agreste Meridional de Pernambuco. Disponível em: <<https://http://www.sit.mda.gov.br/download/ra/ra002.pdf>> Acesso em: 05 jun. 2019.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

PINTO, João Bosco Guedes: A Extensão Rural como serva do Estado (texto apresentado no III CONFASER, Fortaleza-CE em outubro de 91).

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. A (re)significação da extensão rural. O cooperativismo em debate. In: LIMA, Jorge R. T. (Org.). **Extensão rural e desenvolvimento sustentável**. Recife: Bagaço, 2003, 45-70.

PLANALTO, Lei de Nº 11.326, de julho de 2006. Brasília, DF, 30 de novembro de 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.html> Acesso em: 10 mai. 2019.

PORTUGAL, Alberto Duque. **O Desafio da Agricultura Familiar**. In: Embrapa, artigos, 07/12/2004.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 51, p.99-12, 2003.

_____. Palestra Magna: **Desafios e Perspectivas da Segurança Alimentar**. 2017. (49m50s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k4LnHqesgiQ>. Acesso em: 01 mai. 2019.

STAKE, R.E. Handbook of qualitative research. London: Sage, 1994.

WANDERLEY, M. N. B. Estudos Sociedade e Agricultura. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade** – Rio de Janeiro, Out. 2003. P. 42-61.

_____. **Juventude Rural: vida no campo e projeto para o futuro**. Recife: Editora da UFPE, 2013.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. – 4.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2010. 248p.

APÊNDICE

APÊNDICE A –Entrevista com Roteiro Semiestruturado (Agricultores)

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL	
	CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS	
	ZOOTECNIA 2018.2	

Roteiro de entrevista semiestruturada

Agricultores (as)

I – Dados de identificação:

1. Identificação: _____
2. Naturalidade: _____
3. Idade (anos): _____
4. Escolaridade: _____
5. Possui alguma outra fonte de renda: _____
6. Quanto tempo trabalha no meio rural: _____
7. Quantos filhos: _____
8. O que produz: _____
9. Como teve acesso ao IPA: _____

II - Questionamentos:

1. Como é para você receber assistência do IPA?
2. Descreva as ações desenvolvidas pelo IPA?
3. Qual a importância dessas ações para você?
4. No caso das visitas, fale sobre esse momento. Como é realizada? Existe disponibilidade por parte dos técnicos para ouvir suas necessidades, sua vontade, seu desejo. As ações atendem suas expectativas e necessidades?
5. Participa de programas do governo. Quais? Como se inscreveu?
6. Como é feita a comercialização dos seus produtos? Participa de feiras de agricultura familiar?
7. Participa de treinamentos, cursos, oficinas? Você acha importante?
8. Faz parte de alguma Associação, Cooperativa? Há quanto tempo?
9. Comente sobre as melhorias já realizadas e sobre o que poderia ser feito para aperfeiçoar a assistência técnica. O que espera no futuro?
10. Qual a importância da agricultura para você e sua família?

APÊNDICE B –Entrevista com Roteiro Semiestruturado (Técnicos)

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS -	
	UFAL	
	CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS	
	ZOOTECNIA 2018.2	

Roteiro de entrevista semiestruturada

Técnicos de Extensão Rural

I – Questionamentos:

1. Caracterização do (a) Extensionista Rural

- Trabalha como Extensionista Rural desde o ano_____.
- Sua formação é: () Nível Superior () Nível médio/técnico
- Em média, mensalmente você trabalha com _____ agricultores (as).

2. Sobre sua prática profissional:

- a) Descreva de forma sucinta as atividades que você desenvolve no IPA:
- b) Como você define o desenvolvimento local?
- c) Como é a sua relação com os agricultores (as), como eles (as) recebem as ações?
- d) O que você sugere para melhorar e aperfeiçoar essas ações?
- e) Quais as principais dificuldades para desenvolvimento do seu trabalho?
- f) Qual é a sua sugestão para minimizar essas dificuldades?
- g) Em sua opinião qual a importância das ações desenvolvidas no IPA para os agricultores (as)?

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Convido você a participar da pesquisa intitulada “**A RECEPÇÃO DE AÇÕES DO IPA (INSTITUTO DE PESQUISA AGRONÔMICO DE PERNAMBUCO)**”, cujo objetivo é a coleta de dados para realização de Pesquisa Monográfica da aluna Mízia Fabiana Moreira Barbosa Lopes do curso de zootecnia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

Esclareço que: Todos os princípios referentes à Resolução CNS 466/2012 que trata das pesquisas com seres humanos são aqui respeitados. A autonomia em participar ou desistir de contribuir para pesquisa em qualquer período do seu desenvolvimento lhe é garantida e não será feito nenhum pagamento por esta participação ou desistência.

Para alcance dos objetivos da pesquisa será necessário responder o formulário sinceramente. Esclareço que a entrevista será gravada por meio de material eletrônico e/ou transcrita. As informações produzidas serão manipuladas unicamente por mim e utilizadas exclusivamente para os fins da pesquisa.

Em caso de esclarecimento entrar em contato com a pesquisadora responsável: Mízia Fabiana Moreira Barbosa Lopes – Telefone: (82) 99652 - 8857.

Consentimento esclarecido

Declaro que após ser esclarecido (a) pela pesquisadora e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar da pesquisa.

São Bento do Una, _____ de _____ de 2019.

Nome _____

Assinatura _____ ou polegar
direito.

